# CORREIO DE PERNAMBUCO

**JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE**

**Ano: I • Edição: 57 • Sábado, 17 de Outubro de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos**


FOTOS DIVULGAÇÃO

# TRANSNORDESTINA: PERNAMBUCO NÃO PODE CONTINUAR NOS TRILHOS DA ESPERA






**ARTIGO**

**ANTÔNIO CAMPOS**

*ADVOGADO*

PÁG. 4

## Antônio Campos renova pedido de urgência na Justiça para destravar trecho pernambucano da Transnordestina




PÁGINA: 5




## Quase 80% dos olindenses desaprovam a gestão de Mirella Almeida, aponta pesquisa PÁG 5

## TRE-PE alerta para golpe do Pix que usa falso bloqueio de título eleitoral PÁG. 2






## Academia Pernambucana de Letras lança Prêmio Literário PÁG. 3

## Lula defende redução da maioridade penal para 16 anos em casos de crimes hediondos PÁG. 3




CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

## PESQUISAS QUAEST E DATAFOLHA APONTAM FLÁVIO À FRENTE DE LULA, MAS CENÁRIO PERMANECE INDEFINIDO PÁG. 2

CORREIO DE PERNAMBUCO | PAINEL CORREIO POLÍTICO: A análise das pesquisas eleitorais e os bastidores de 2026. ELEIÇÕES 2026

# Pesquisas Quaest e Datafolha apontam Flávio à frente de Lula, mas cenário permanece indefinido

Os dois levantamentos mais recentes de institutos tradicionais indicam uma disputa acirrada no segundo turno presidencial. Flávio Bolsonaro (PL) aparece numericamente à frente de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tanto na Quaest quanto no Datafolha. Em ambos os casos, porém, a diferença está dentro da margem de erro. Os resultados mostram uma vantagem numérica do senador, mas não permitem concluir que a eleição esteja definida.

O Datafolha, realizado entre 13 e 15 de outubro com 2.520 eleitores, registra Flávio com 47% das intenções de voto, contra 45% de Lula. Como a margem de erro é de dois pontos percentuais, a diferença configura empate técnico.

Na pesquisa Quaest, feita entre 10 e 13 de outubro com 2.154 eleitores, Flávio aparece com 46%, enquanto Lula tem 44%. O levantamento também apresenta margem de erro de dois pontos percentuais e nível de confiança de 95%. Assim como no Datafolha, os candidatos estão tecnicamente empatados. Os percentuais correspondem às intenções de voto totais, incluindo os demais resultados da pesquisa, e não devem ser confundidos com os votos válidos.

*Os dois institutos retratam um cenário semelhante:* Flávio está dois pontos à frente em ambos os levantamentos. Ainda assim, pesquisas de institutos diferentes não devem ser interpretadas como uma única série histórica. Diferenças na metodologia, no período de coleta e na composição das amostras podem influenciar os resultados.

O Datafolha é o levantamento mais recente e aponta uma redução da vantagem de Flávio em relação à rodada anterior, divulgada em 8 de outubro. Naquele momento, o senador tinha 49% das intenções de voto, contra 45% de Lula. No levantamento divulgado em 15 de outubro, Flávio caiu para 47%, enquanto o presidente permaneceu com 45%. Com isso, a vantagem numérica passou de quatro para dois pontos percentuais. A mudança indica uma aproximação entre os candidatos na série do Datafolha, mas, isoladamente, não é suficiente para confirmar uma tendência definitiva.

A Quaest divulgou sua primeira medição do segundo turno entre os dois candidatos, o que impede uma comparação direta com uma rodada anterior da mesma disputa. O resultado serve como uma referência inicial para acompanhar a evolução do cenário nas próximas semanas.

Em comparação com o Datafolha, o instituto encontrou percentuais ligeiramente menores para ambos, mas registrou a mesma diferença de dois pontos a favor de Flávio.



## VANTAGEM NUMÉRICA DE FLÁVIO NÃO REPRESENTA DEFINIÇÃO DA DISPUTA

Os dados disponíveis mostram Flávio Bolsonaro na liderança numérica, mas sem uma vantagem estatisticamente consolidada sobre Lula nos dois levantamentos. Como a diferença está dentro da margem de erro, é preciso interpretar os resultados com cautela.

Isso não significa necessariamente que os dois candidatos tenham exatamente o mesmo nível de apoio. Significa que, considerando a incerteza amostral, as pesquisas não permitem afirmar de forma conclusiva que um deles esteja à frente do outro. A disputa também depende de fatores que vão além dos percentuais registrados. A mobilização das bases, a transferência de votos dos candidatos derrotados no primeiro turno, os índices de rejeição e a avaliação do governo podem influenciar o comportamento do eleitorado. As pesquisas ajudam a acompanhar essas variáveis, mas não permitem prever com segurança como elas se combinarão até o dia da votação.

A redução da vantagem de Flávio observada no Datafolha deverá ser acompanhada nas próximas rodadas. Caso seja confirmada por novos levantamentos, poderá indicar uma alteração mais consistente no equilíbrio da disputa. Como a Quaest ainda não possui uma rodada anterior comparável para esse segundo turno, suas próximas medições também serão importantes. Se os resultados apresentarem novas oscilações, será necessário levar em conta as diferenças metodológicas entre os institutos e a incerteza própria das pesquisas eleitorais.

Por enquanto, a interpretação mais cautelosa é que Flávio Bolsonaro tem vantagem numérica, enquanto Lula permanece próximo e dentro da margem de erro nos dois levantamentos. A eleição continua em aberto, e os próximos dados serão decisivos para indicar se a distância entre os candidatos aumentará, diminuirá ou permanecerá no mesmo nível.

# TRE-PE alerta para golpe do Pix que usa falso bloqueio de título eleitoral

Eleitores de Pernambuco estão sendo alvo de um golpe que utiliza mensagens de texto para informar falsamente que o título eleitoral está irregular e precisa ser regularizado para permitir a votação no segundo turno das eleições. O alerta foi divulgado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), que identificou uma fraude na qual criminosos simulam páginas oficiais do governo para cobrar pagamentos via Pix.

A abordagem começa com o envio de SMS que informa uma suposta pendência eleitoral e inclui um link para um site fraudulento. A página reproduz elementos visuais do portal gov.br, utiliza cores institucionais e expressões relacionadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para transmitir credibilidade.

Ao informar o CPF, a vítima recebe uma mensagem indicando que o título estaria irregular. O site também exibe dados pessoais, como nome completo, data de nascimento e sexo, para tornar a fraude mais convincente.

Em seguida, são apresentadas falsas multas por ausência em eleições e uma suposta taxa para emissão de segunda via do título. Os valores cobrados variam de R$ 12 a R$ 14. A página gera um QR Code ou um código Pix para pagamento e exibe um cronômetro com o objetivo de pressionar a vítima a concluir a transferência rapidamente. O dinheiro, porém, é enviado aos golpistas.

## JUSTIÇA ELEITORAL NÃO COBRA POR MENSAGENS

O TRE-PE esclarece que a Justiça Eleitoral não envia SMS, e-mails ou mensagens de WhatsApp com cobranças ou links para pagamento destinados à regularização do título eleitoral.




O tribunal também informa que o cadastro eleitoral permanece fechado até 3 de novembro. Nesse período, não é possível solicitar um novo título, transferir o domicílio eleitoral ou revisar os dados cadastrais. Esses serviços não têm cobrança de taxa pela Justiça Eleitoral.

Quem deixou de votar no primeiro turno pode participar normalmente do segundo, desde que esteja com a situação eleitoral regular. Cada turno é considerado uma eleição independente, e a ausência pode ser justificada gratuitamente em até 60 dias após a votação.

## COMO CONSULTAR A SITUAÇÃO ELEITORAL

A consulta à situação do título pode ser feita gratuitamente pelo aplicativo e-Título, pelo serviço de Autoatendimento Eleitoral nos sites oficiais do TRE-PE e do TSE ou presencialmente em um cartório eleitoral.

Caso exista uma multa legítima, a guia de pagamento deve ser emitida exclusivamente pelos canais oficiais. O tribunal orienta os eleitores a não clicar em links recebidos por mensagens suspeitas nem realizar transferências via Pix a partir dessas páginas.

Os endereços oficiais da Justiça Eleitoral terminam em .jus.br. Em caso de dúvida, os eleitores podem entrar em contato com o Disque Eleitor de Pernambuco pelo telefone (81) 3194-9400, por ligação ou WhatsApp.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

**PRESIDÊNCIA**
*Antônio Ricardo Accioly Campos* - camposad@camposadvogados.com.br

**EDITOR-CHEFE**
*Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE* - dyogobastos.imprensa@gmail.com

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**
*Real Digital Publisher Ltda* - realdigitalpublisher@gmail.com

**EDIÇÃO GERAL**
*Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros*
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

**CENTRAL DE ATENDIMENTO:**
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

**ESTAMOS ONLINE:**
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

# Academia Pernambucana de Letras lança Prêmio Literário

## Inscrições podem ser feitas até 14 de dezembro nas categorias Ensaio, Conto e Poesia

A Academia Pernambucana de Letras (APL) abre as inscrições para a edição 2026 do Prêmio Literário da APL, nesta quarta-feira (14). A premiação abrangerá as categorias Ensaio, Conto e Poesia e seguirá com inscrições abertas até 14 de dezembro.

Os escritores ou escritoras vencedores de cada categoria receberão uma premiação em dinheiro no valor de R$3 mil.

"Esta edição marca a retomada da premiação contemplando um dos propósitos da Academia de reconhecer e valorizar a literatura pernambucana, além de estimular a revelação de novos talentos", explica a presidente da APL, Margarida Cantarelli.

Poderão ser inscritos exclusivamente livros escritos em português e publicados em formato impresso, na sua primeira edição, entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de outubro de 2026. Obras lançadas em plataformas digitais não serão aceitas. O autor ou autora deve ser natural do Estado de Pernambuco ou estar radicado nele há mais de dez anos.

As obras inscritas em cada categoria serão analisadas por comissões julgadoras específicas para cada gênero literário. Cada comissão será formada por três membros da Academia Pernambucana de Letras.



A cada nova edição, a premiação homenageia escritores e personalidades pernambucanas como forma de perpetuar seu legado para a cultura local. Conheça os homenageados de cada categoria em 2026:

1. Categoria Ensaio: Prêmio Antônio Brito Alves

2. Categoria Conto: Prêmio Vânia Souto Carvalho;

3. Categoria Poesia: Prêmio Edmir Domingues.

Além dos vencedores que receberão a premiação em dinheiro, a comissão julgadora poderá conceder até duas Menções Honrosas (sem premiação financeira) por categoria, totalizando nove premiações. Nos casos de autoria coletiva, a quantia financeira correspondente ao prêmio será dividida em partes iguais entre os coautores. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas presencialmente na sede da APL (Av. Rui Barbosa, 1596, Graças, Recife/PE, das 9h às 16h) ou pelos Correios, mediante o envio da documentação e exemplares postados até a data limite de 14 de dezembro de 2026. O regulamento completo está disponível no site da APL (www.aplpernambuco.com.br) e na página da instituição no Instagram (@academiadeletras_pe).

A premiação para cada uma das categorias será no valor de R$3 mil, além do diploma. Os agraciados receberão o prêmio durante a sessão solene de aniversário da APL, em 26 de janeiro de 2027.

**SERVIÇO**

Prêmio Literário Academia Pernambucana de Letras
Categorias: Ensaio, Conto e Poesia
Inscrições: até 14 de dezembro de 2026 (presenciais na sede da APL ou via Correios)
Premiação: R$3 mil

Academia Pernambucana de Letras
Av. Rui Barbosa, 1596, Graças, PE
E-mail: apl.informa@gmail.com
Telefone: (81) 3268-2211
Instagram: academiadeletras_pe
Facebook: academiadeletras.pe



# Lula defende redução da maioridade penal para 16 anos em casos de crimes hediondos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidato à reeleição, defendeu a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos em casos de crimes hediondos. A declaração foi feita na quinta-feira (15), durante entrevista ao Jornal Nacional, da TV Globo, em meio ao debate sobre segurança pública e às discussões no Congresso Nacional sobre mudanças na legislação penal.

Durante a sabatina, Lula afirmou ser favorável à redução da idade penal para adolescentes que cometam crimes hediondos, mas ressaltou que o tema não deveria ser incluído na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que tramita no Congresso.

"Meu pensamento, enquanto cidadão brasileiro: todo e qualquer crime hediondo eu sou favorável a diminuir a maioridade", declarou o presidente. Ele também defendeu que a discussão ocorra depois da aprovação da proposta de segurança pública.

A manifestação representa uma mudança em relação à posição historicamente defendida pelo PT, que tradicionalmente se opõe à redução da maioridade penal. O tema voltou ao centro das discussões após a apresentação de propostas de parlamentares da oposição para reduzir a idade de responsabilização penal.

Propostas diferentes no Congresso

O debate ganhou força com a apresentação de emendas à PEC da Segurança Pública. O senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha de Flávio Bolsonaro, apresentou uma proposta que prevê a redução da maioridade penal para 16 anos em geral e para 14 anos em casos de crimes hediondos.

Em outra frente, o senador Camilo Santana (PT-CE), um dos coordenadores da campanha de Lula, articulou uma proposta mais restrita, que prevê a redução de 18 para 16 anos apenas para crimes hediondos.

A iniciativa provocou divergências entre integrantes do PT, partido historicamente contrário à medida. O governo, entretanto, defendeu a aprovação da PEC da Segurança Pública sem alterações, para evitar atrasos na tramitação. Caso o texto seja modificado pelo Senado, precisará voltar à Câmara dos Deputados.

**PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA**

A PEC da Segurança Pública é uma das principais iniciativas do governo federal para ampliar a coordenação nacional das políticas de segurança e fortalecer a atuação da União em conjunto com estados e municípios.

Lula defendeu que a proposta avance no Congresso antes de uma eventual discussão específica sobre a maioridade penal. A posição busca separar as mudanças estruturais previstas na PEC do debate sobre a responsabilização criminal de adolescentes.

A legislação brasileira estabelece atualmente a maioridade penal aos 18 anos. Adolescentes que cometem atos infracionais estão sujeitos às medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), incluindo medidas socioeducativas, conforme a gravidade da infração e as condições previstas em lei.

A eventual redução da maioridade penal exige mudança constitucional e depende de aprovação pelo Congresso Nacional.

O tema permanece no centro do debate político, com divergências entre parlamentares sobre os efeitos da medida na segurança pública, na responsabilização de adolescentes e no sistema socioeducativo.

# Globo demite diretor-geral após vazamento de conversas com Daniel





O Grupo Globo demitiu, na quinta-feira (15), Frederic Kachar, que ocupava o cargo de diretor-geral de Mídia Impressa e Rádio. A decisão foi anunciada após a divulgação de conversas privadas entre o executivo e Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master, que revelaram uma relação considerada inadequada pela empresa com um anunciante.

As mensagens, trocadas entre outubro de 2023 e julho de 2025 e extraídas pela Polícia Federal do celular de Vorcaro, mostram negociações envolvendo patrocínios de eventos, pedidos de destaque editorial para empresas e para a então namorada do banqueiro, a influenciadora Martha Graeff, além de comentários sobre reportagens publicadas pelos veículos do grupo.

Kachar comandava operações de importantes veículos de comunicação, incluindo os jornais O Globo, Extra e Valor Econômico, revistas da Editora Globo, como Vogue e Marie Claire, e o Sistema Globo de Rádio, que inclui a CBN. Ele estava no grupo havia 29 anos e ocupava funções de liderança desde 2008.

Em uma das conversas, Vorcaro pediu que Kachar tentasse viabilizar uma capa da revista Vogue para Martha Graeff, que havia lançado uma marca de suplementos. O executivo respondeu que a capa dependeria de um processo editorial mais longo, mas afirmou que buscaria espaço em outras publicações. Dias depois, conteúdos sobre a marca foram publicados em veículos do grupo.

Os diálogos também abordam contratos publicitários e patrocínios de eventos. Segundo informações divulgadas pelo UOL, o Banco Master patrocinou o Baile da Vogue de 2024 com R$ 825 mil e o camarote da editora no Carnaval de 2023 com R$ 1,6 milhão. As mensagens registram ainda tratativas envolvendo outras marcas ligadas a Vorcaro.

Em outros trechos, o banqueiro reclama de reportagens e comentários jornalísticos sobre seus negócios. Kachar, por sua vez, responde a algumas das críticas e, em determinadas situações, afirma que os veículos deveriam apresentar diferentes versões dos fatos. As conversas também mostram referências a encontros sociais entre os dois.

Em nota, o presidente do Grupo Globo, João Roberto Marinho, informou que o conteúdo das mensagens revelou uma relação inadequada entre o executivo e um anunciante. A empresa reafirmou o compromisso com a ética, a transparência e a independência editorial de seus veículos, citando a cobertura crítica do caso Banco Master como demonstração desses princípios.

O grupo reconheceu os 29 anos de contribuição de Kachar e informou que Luis Henrique Guimarães, vice-presidente executivo da holding, assumirá interinamente a direção-geral de Mídia Impressa e Rádio.

O caso amplia a repercussão das investigações envolvendo Daniel Vorcaro e o Banco Master, cujas relações comerciais e institucionais vêm sendo examinadas por autoridades e acompanhadas pela imprensa.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

*ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.*

# TRANSNORDESTINA: PERNAMBUCO NÃO PODE CONTINUAR NOS TRILHOS DA ESPERA




A retirada de pauta, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), do julgamento sobre a retomada do trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina, entre Salgueiro e o Porto de Suape, representa mais um capítulo de uma espera que Pernambuco não pode naturalizar. Depois de tantos anos de paralisação, o estado continua sem uma definição sobre uma obra estratégica para sua economia, sua infraestrutura e sua capacidade de competir com outros centros de desenvolvimento do Nordeste.

A Transnordestina não é apenas uma ferrovia. É um projeto de integração econômica, capaz de aproximar o interior do principal complexo portuário pernambucano, ampliar as possibilidades de escoamento da produção e reduzir gargalos logísticos. Sua conclusão pode contribuir para atrair investimentos, fortalecer a indústria, estimular cadeias produtivas e criar novas oportunidades de desenvolvimento para diferentes regiões do estado.

O que está em jogo, portanto, vai muito além dos trilhos. Trata-se de discutir qual lugar Pernambuco pretende ocupar na economia nordestina e brasileira nas próximas décadas.

O contraste com o Ceará é evidente. Enquanto o trecho da ferrovia direcionado ao Porto do Pecém avança, com centenas de quilômetros concluídos e outros em obras, Pernambuco permanece à espera de uma solução para a ligação entre Salgueiro e Suape. Não se trata de ignorar as particularidades técnicas, econômicas e contratuais de cada trecho, mas de reconhecer que a demora pode ampliar as diferenças de competitividade entre os estados.

A infraestrutura é um dos fatores que orientam decisões empresariais. Investidores avaliam custos, acesso a mercados, capacidade de transporte e segurança para a realização de negócios. Quando um estado não consegue oferecer previsibilidade em projetos estruturantes, corre o risco de perder oportunidades para outras regiões que avançam na modernização de sua logística.

É preciso reconhecer, por outro lado, que o Tribunal de Contas da União tem o dever de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Uma obra dessa dimensão exige estudos consistentes, transparência, planejamento e demonstração de viabilidade técnica, econômica e ambiental. Não seria razoável defender a execução de um empreendimento bilionário sem a necessária fundamentação. O controle público é indispensável para evitar desperdícios e assegurar que os investimentos atendam ao interesse coletivo.

Entretanto, a fiscalização não pode se transformar em uma sucessão indefinida de impasses, sem que os órgãos responsáveis consigam construir uma solução. O desafio é conciliar responsabilidade fiscal com visão estratégica de desenvolvimento. Se existem exigências técnicas a cumprir, elas precisam ser enfrentadas com objetividade, prazos e articulação institucional.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe) já apresentaram estudos e informações para demonstrar a relevância econômica do trecho Salgueiro-Suape. Esses esforços precisam ser considerados no processo de avaliação, com a necessária análise crítica das premissas e dos resultados. O debate deve ser conduzido com base em dados, transparência e compromisso com o futuro do estado.

Também é necessário distinguir a contratação de estudos e serviços preparatórios da autorização efetiva para a retomada das obras. A existência de uma licitação ou de uma proposta vencedora não significa que os trabalhos possam começar. Essa diferença precisa ser compreendida para que a sociedade não seja levada a acreditar que a solução está mais próxima do que realmente está.

Pernambuco precisa assumir uma posição mais firme nessa discussão. Governo estadual, bancada federal, setor produtivo, universidades e instituições de desenvolvimento devem atuar de maneira coordenada, apresentando argumentos técnicos e cobrando uma definição dos órgãos federais. Não basta lamentar o atraso a cada novo adiamento. É necessário transformar a preocupação em mobilização institucional permanente.

O Porto de Suape é um ativo estratégico para Pernambuco. Sua capacidade de movimentar cargas, atrair indústrias e conectar o estado a mercados nacionais e internacionais pode ser ampliada com uma infraestrutura ferroviária adequada. A ligação com Salgueiro também abriria perspectivas para o transporte da produção do interior e de áreas próximas, desde que acompanhada de planejamento logístico e demanda efetiva.

A discussão sobre a Transnordestina deve, por isso, integrar uma visão mais ampla de desenvolvimento regional. Ferrovias não produzem resultados isoladamente. É necessário conectá-las à atividade industrial, à produção agrícola, aos portos e às políticas de desenvolvimento. Mas, sem infraestrutura, essas oportunidades ficam mais difíceis de concretizar.

O novo adiamento do TCU não encerra a possibilidade de retomada da obra, mas prolonga a incerteza. E a incerteza também tem um custo: dificulta o planejamento, posterga decisões empresariais e mantém em suspenso uma alternativa logística que pode ser relevante para o futuro de Pernambuco.

O estado não pode aceitar que um projeto dessa importância permaneça indefinidamente no campo das expectativas. É legítimo exigir rigor na aplicação do dinheiro público, assim como é legítimo cobrar eficiência dos governos e das instituições responsáveis pela execução de políticas de infraestrutura.

A Transnordestina precisa deixar de ser uma promessa recorrente e se transformar em um compromisso concreto, sustentado por estudos confiáveis, recursos definidos e um cronograma viável. Pernambuco não pede privilégios, mas condições para competir e se desenvolver.

Os trilhos que ligam Salgueiro a Suape representam mais do que uma obra de engenharia. Simbolizam a possibilidade de integrar regiões, ampliar oportunidades e fortalecer a economia pernambucana. O estado já esperou demais. É hora de transformar o impasse em prioridade e a expectativa em solução.

# Marinha homologa novas profundidades e Suape avança na capacidade de receber gigantes dos mares

Medida amplia as condições operacionais do porto pernambucano e abre caminho para que navios de até 366 metros de comprimento operem com maior aproveitamento da capacidade de carga.




O Complexo Industrial Portuário de Suape avança em uma nova etapa de sua expansão operacional com a homologação de novas profundidades pela Marinha do Brasil, criando condições para ampliar o aproveitamento da capacidade de carga de porta-contêineres de até 366 metros de comprimento. As novas profundidades do canal interno, da bacia de evolução e dos Píeres de Granéis Líquidos (PGLs 3A e 3B) já estão em vigor, conforme a Portaria nº 190/2026, disponível no endereço eletrônico: Portaria nº 190/2026 – SUAPE.

A homologação representa um importante avanço para o desenvolvimento portuário. A operação dessas embarcações com maior aproveitamento de carga depende apenas da conclusão do estudo de manobrabilidade, previsto para ser realizado ainda em 2026. A iniciativa reforça o compromisso da estatal portuária com a segurança da navegação, a eficiência operacional e a ampliação de sua competitividade para atrair novas linhas marítimas internacionais.

Com 16,25 metros de profundidade no canal interno e 18,39 metros na bacia de evolução e nos PGLs 3A e 3B, Suape passou a contar com melhores condições de profundidade para a operação de embarcações de grande porte. A homologação é resultado de um processo técnico que envolveu levantamentos hidrográficos, análise das condições de navegabilidade e atualização dos parâmetros de segurança pela Autoridade Marítima, após a conclusão das obras de dragagem, em 2026.

"Estamos transformando investimento em infraestrutura em capacidade efetiva de operação. A nova profundidade do canal interno permite que os navios operem em melhores condições de carga, aumenta a segurança e a eficiência e fortalece nossa capacidade de atrair novas linhas marítimas", destaca o diretor-presidente de Suape, Armando Monteiro Bisneto.

Para o diretor de Desenvolvimento e Gestão Portuária, José Constantino, a mudança representa ganhos para o planejamento das escalas e o desempenho das embarcações. "Ganhamos melhores condições de profundidade para ampliar o aproveitamento da capacidade de carga dos navios. Com a conclusão do estudo de manobrabilidade, poderemos avançar na utilização desse potencial, sempre observando os parâmetros de segurança da navegação. O aprofundamento da bacia de evolução e dos píeres também representa um avanço para as operações com granéis líquidos.", afirma.

Suape já recebe porta-contêineres de até 366 metros de comprimento, como os da classe New Panamax. Com a homologação das novas profundidades e a futura conclusão do estudo de manobrabilidade, essas embarcações poderão aproveitar melhor sua capacidade de carga, com menos restrições de calado, observados os parâmetros de segurança estabelecidos pela Autoridade Marítima. O ganho operacional também poderá favorecer a atração de novas linhas de longo curso e conexões diretas com mercados internacionais, fortalecendo a competitividade de Suape nas rotas do comércio exterior.

## INVESTIMENTO

A nova configuração é resultado da dragagem do canal interno, da bacia de evolução e dos PGLs, concluída em janeiro deste ano. A intervenção recebeu investimentos de R$ 247 milhões, sendo R$ 100 milhões do Ministério de Portos e Aeroportos, por meio do Novo PAC, e R$ 147 milhões de recursos próprios de Suape. Ao longo dos trabalhos, foram retirados aproximadamente 4,18 milhões de metros cúbicos de sedimentos. A diretora de Infraestrutura de Suape, Renata Loyo, ressalta o trabalho técnico envolvido na obra. "A dragagem exigiu controle rigoroso das etapas de execução, dos levantamentos hidrográficos e das condições operacionais do porto. O resultado foi a entrega do canal interno, da bacia de evolução e dos píeres nas profundidades previstas em projeto, criando a base técnica necessária para a homologação pela Autoridade Marítima", destaca.

## ÁGUAS PROFUNDAS

No canal externo, Suape já dispõe de 20 metros de profundidade homologada pela Marinha do Brasil, condição que permite a navegação de embarcações de grande porte, como petroleiros da classe Suezmax. O patamar foi alcançado após a dragagem concluída em 2024, que recebeu investimento de R$ 140 milhões, e homologado em 2025.

Com os canais externo e interno aprofundados, Suape consolida sua posição como porto de águas profundas, um diferencial estratégico para ampliar a movimentação de cargas, fortalecer as operações de cabotagem e longo curso e atrair novas oportunidades de negócios para Pernambuco.

# PERNAMBUCANO RAFAEL CÂMARA É CONTRATADO PELA HAAS E FARÁ HISTÓRIA NA FÓRMULA 1 EM 2027



O pernambucano Rafael Câmara, de 21 anos, foi anunciado pela equipe Haas como piloto titular para a temporada 2027 da Fórmula 1. Natural do Recife, ele será o primeiro piloto nordestino a disputar a principal categoria do automobilismo mundial, marcando um momento histórico para o esporte em Pernambuco e no Brasil.

A contratação foi oficializada pela escuderia norte-americana nesta quinta-feira (15). Rafael ocupará a vaga do francês Esteban Ocon e deverá formar dupla com o britânico Oliver Bearman, que integra a equipe desde 2025. O contrato firmado com a Haas é de múltiplos anos.

A chegada à Fórmula 1 coroa uma trajetória de resultados expressivos nas categorias de base. Integrante da Academia de Pilotos da Ferrari desde 2021, o recifense conquistou o título da Fórmula Regional Europeia em 2024 e foi campeão da Fórmula 3 em 2025, em sua temporada de estreia na categoria.

Em 2026, Rafael disputa a Fórmula 2 pela equipe Invicta Racing e lidera o campeonato. O desempenho, somado aos testes realizados com a Haas, fortaleceu sua candidatura à vaga na categoria principal do automobilismo.

A trajetória do piloto começou ainda na infância, no kart, e avançou com a participação em competições nacionais e internacionais. O talento demonstrado nas pistas o levou ao programa de desenvolvimento da Ferrari, uma das principais estruturas de formação de jovens pilotos do mundo.

Com a contratação, Rafael Câmara se tornará o 34º brasileiro a competir na Fórmula 1. Sua estreia também fará o Brasil voltar a ter dois pilotos no grid, ao lado de Gabriel Bortoleto, da Audi, algo que não acontece desde 2016.

A conquista representa um marco para Pernambuco, que passa a ter um representante na elite do automobilismo mundial. Aos 21 anos, o recifense inicia uma nova etapa da carreira com a oportunidade de competir entre os principais pilotos do mundo e levar o nome do estado para os circuitos internacionais.

# Antônio Campos renova pedido de urgência na Justiça para destravar trecho pernambucano da Transnordestina




O advogado e escritor Antônio Campos renovou, na 2ª Vara Federal de Pernambuco, o pedido de tutela de urgência em uma ação popular que busca viabilizar a continuidade das obras da Ferrovia Transnordestina no trecho entre Salgueiro, no Sertão pernambucano, e o Porto de Suape, no Litoral Sul do estado. A ação, protocolada em 2023, questiona, entre outros pontos, o aditivo contratual que retirou o segmento pernambucano da concessão original da ferrovia.

O processo, de número 0804040-39.2023.4.05.8300, tem valor de causa fixado em R$ 3.256.726.669,68, aproximadamente R$ 3,25 bilhões. Segundo as informações apresentadas por Campos, o montante está relacionado ao aditivo contestado e não contempla outros prejuízos econômicos e sociais atribuídos à paralisação do empreendimento. O valor foi fixado de ofício pelo juízo.

Na nova manifestação, o advogado solicita a suspensão dos efeitos do ato administrativo questionado e a adoção de medidas para evitar a continuidade dos prejuízos ao patrimônio público e à economia pernambucana. O pedido também busca acelerar a tramitação do processo e garantir a apreciação imediata da tutela de urgência.

Entre os fatores que motivaram a iniciativa está a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de retirar de pauta, em 14 de outubro, o julgamento relacionado à retomada das obras, sem estabelecer uma nova data para a análise. Para Campos, a falta de uma definição prolonga a incerteza sobre a conclusão do trecho pernambucano, cuja paralisação já ultrapassa uma década.

"O Governo Lula tem uma dívida histórica com Pernambuco: entregar o trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina, prometido a Arraes desde o governo Lula 1. Enquanto o Ceará avança com obras, investimentos e maior competitividade logística, Pernambuco continua condenado à espera. Liberar apenas estudos técnicos, sem assegurar recursos, decisões e um cronograma efetivo, é insuficiente", afirmou o advogado.

Campos argumenta que a conclusão da ferrovia até Suape é estratégica para ampliar a competitividade logística de Pernambuco, facilitar o escoamento da produção e fortalecer a economia estadual. Ele cita estudos apresentados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), que apontam a relevância e a viabilidade socioeconômica da ligação ferroviária.

Além da suspensão dos efeitos do ato questionado, o advogado solicitou, de forma subsidiária, que o governo federal e a Infra S.A. prestem informações urgentes sobre as providências adotadas para a continuidade do empreendimento. Também pediu esclarecimentos sobre a atuação do TCU, os estudos da Sudene e as medidas tomadas pelo Governo de Pernambuco para destravar o projeto.

O advogado informou ainda ter apresentado uma representação ao Ministério Público de Contas para acompanhar o caso perante o TCU. Embora reconheça a competência fiscalizadora do tribunal, ele defende que o controle dos investimentos públicos seja acompanhado de decisões em tempo adequado e de medidas concretas do Poder Executivo.

A ação popular já obteve uma decisão parcialmente favorável no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5). Conforme informado por Campos, o tribunal afastou a exigência de pagamento antecipado de indenização à concessionária como condição para a devolução e a posterior destinação do trecho pernambucano.

Para o advogado, a diferença entre o andamento das obras no Ceará e a situação em Pernambuco evidencia a necessidade de uma definição sobre o futuro da ferrovia no estado.

"Não se pode permitir que uma obra estratégica permaneça indefinidamente paralisada, à espera de uma decisão do TCU. Essa omissão representa um prejuízo histórico de enormes proporções para Pernambuco, comprometendo oportunidades de desenvolvimento que dificilmente serão recuperadas", declarou.

Ao reiterar o pedido de urgência na Justiça Federal, Campos defendeu que a União apresente encaminhamentos efetivos para a conclusão do trecho até Suape e que o processo tenha andamento célere.

"Pernambuco não pede privilégios. Exige respeito aos compromissos assumidos, tratamento justo nos investimentos federais e condições para competir. A Transnordestina precisa chegar a Suape. O Estado já esperou demais", concluiu.

# Quase 80% dos olindenses desaprovam a gestão de Mirella Almeida, aponta pesquisa

*Levantamento encomendado pelo portal Marim dos Caetés ouviu 1.500 pessoas entre os dias 13 e 15 de outubro. Antônio Campos, líder do movimento #Resiste Olinda, critica falta de transparência, acúmulo de lixo, buracos e abandono da cidade*.

Uma pesquisa realizada pela XB3 Soluções e Pesquisas, encomendada pelo portal Marim dos Caetés, aponta que 78,81% dos entrevistados desaprovam a gestão da prefeita de Olinda, Mirella Almeida. O levantamento foi realizado entre os dias 13 e 15 de outubro de 2026, com 1.500 participantes no município. Apenas 21,19% declararam aprovar a administração municipal.

Em números absolutos, 1.182 participantes manifestaram desaprovação à gestão, contra 318 que declararam aprovação. A diferença entre os dois indicadores é de 57,62 pontos percentuais, evidenciando o predomínio das avaliações negativas entre os entrevistados.

O resultado ocorre em meio a críticas de moradores sobre problemas na infraestrutura urbana, a coleta de resíduos e a conservação de ruas e espaços públicos. As reclamações sobre acúmulo de lixo, buracos e falta de manutenção alimentam o debate sobre a atuação da administração municipal e a qualidade dos serviços oferecidos à população.

Advogado e líder do movimento #Resiste Olinda, Antônio Campos critica o que considera descaso da gestão municipal e cobra mais transparência na condução da prefeitura. Para ele, os problemas enfrentados pela população precisam receber respostas efetivas do poder público.

"Olinda não pode continuar convivendo com o descaso, a falta de transparência e o abandono dos seus espaços públicos. O acúmulo de lixo, os buracos nas ruas e a ausência de soluções para problemas que afetam diretamente a vida dos moradores demonstram a necessidade de uma gestão mais comprometida com a cidade e com a população", afirma Antônio Campos.

Os dados da pesquisa apontam um cenário de forte desaprovação à gestão de Mirella Almeida. O levantamento ouviu 802 mulheres, correspondentes a 53,44% da amostra, e 698 homens, que representam 46,56% dos participantes. A pesquisa foi realizada pela XB3 Soluções e Pesquisas, por encomenda do portal Marim dos Caetés, entre os dias 13 e 15 de outubro de 2026, com 1.500 entrevistados em Olinda.




***Fonte: XB3 Soluções e Pesquisas.***